TRIBUNAL DE CONTAS
Aviso n.º 152/2010 de 8 de Novembro de 2010

Para efeitos do disposto no artigo 89.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 48/2006, de 29 de Agosto, torna-se público que o Ministério Público, no âmbito dos processos abaixo mencionados, declarou não requerer procedimento jurisdicional, pelo que os órgãos de direcção, superintendência ou tutela sobre os visados poderão exercer o direito de acção no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso:

Entidades auditadas	Número dos processos	Número dos relatórios	Observações
Município de Vila Franca do Campo	07/102.01 07/102.02	Audit-8/2007-FP/SRATC Audit-9/2007-FP/SRATC	a)

a) Relativamente aos responsáveis identificados no ponto 2 dos Despachos M.P. (Arq) n.ºs 47 e 48/2010, ambos de 11 de Outubro.

29 de Outubro de 2010. – O Subdirector-Geral, *Fernando Flor de Lima*.